

# Lajeado Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas:  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

	Controladora				Consolidado					Controladora				Consolidado			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021					Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			
<b>ATIVO</b>																	
<b>Circulante</b>																	
Caixa e equivalentes de caixa	4	93.910	37.459	349.654	167.889					17	28.166	21.067	20.146	17.271			
Títulos a receber	6	736	326							8	105.149	117.015	110.780	117.015			
Concessionárias	5	74.115	76.898	75.232	77.838					8	12.665	9.501	24.460	14.171			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	424	617	424	6.773					11	202.803	167.661	216.389	174.186			
Outros tributos compensáveis	8	7.724	2.361	9.985	2.518					18	5.228	152.086	5.228	152.086			
Dividendos a receber	11	29.128	10.102							19			10.879	3.705			
Prêmio de risco - GSF	12	2.702	2.701	2.750	2.749					20				44	50		
Rendas a receber	7			5.217	2.927					21			8.224	7.727			
Outros créditos	13	48	8	8.765	8.046					22			6.434	6.424			
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>208.787</b>	<b>130.472</b>	<b>452.027</b>	<b>268.740</b>						13	4.866	10.134	8.203	13.444			
<b>Não circulante</b>										358.877	477.464	410.787	506.079				
Títulos a receber	6	8.140	7.855							9	28.597	28.816	44.568	46.788			
Prêmio de risco - GSF	12	14.183	16.884	14.435	17.184					18	349.210	149.507	349.210	149.507			
Outros créditos	13	260	265	2.338	1.769					19			92.078	88.856			
Investimentos	14	994.132	982.211							20			1.121	1.284			
Imobilizado	15	761	788	954.061	983.980					21			68.578	58.370			
Intangível	16	203.175	219.081	517.237	551.734					22	479	450	18.783	22.561			
<b>Total do Ativo Não circulante</b>	<b>1.198.068</b>	<b>1.202.080</b>	<b>1.471.298</b>	<b>1.535.714</b>						13	1.226	1.587	2.468	3.808			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.429.438</b>	<b>1.357.556</b>	<b>1.940.098</b>	<b>1.823.407</b>						379.512	180.360	576.806	371.174				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Controladora				Consolidado					Controladora				Consolidado			
	Nota	2022	2021	2022	2021					Nota	2022	2021	2022	2021			
<b>Receitas</b>	24	749.958	716.237	817.325	757.362												
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>	25																
Custo do serviço de energia elétrica	(134.322)	(19.380)	(131.932)	(19.463)													
Custo de operação	(154.598)	(86.168)	(64.533)	(60.462)													
<b>Lucro bruto</b>	<b>(288.920)</b>	<b>(105.548)</b>	<b>(196.465)</b>	<b>(79.925)</b>													
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	25																
Despesas gerais e administrativas	(47.959)	(44.222)	(58.255)	(53.608)													
Outras despesas e receitas operacionais	(3)	(321)	(33)	(397)													
<b>Resultado das participações societárias</b>	14	80.560	20.131														
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>493.636</b>	<b>586.277</b>	<b>562.572</b>	<b>623.432</b>													
<b>Resultado Financeiro</b>	26																
Receitas financeiras	11.613	7.218	33.003	11.382													
Despesas financeiras	(59.987)	(21.020)	(89.390)	(50.197)													
<b>Lucro antes dos tributos sobre o Lucro</b>	<b>445.262</b>	<b>572.475</b>	<b>506.185</b>	<b>584.617</b>													
<b>Tributos sobre o Lucro</b>	27																
Imposto de renda e contribuição social correntes	(134.653)	(147.060)	(167.903)	(158.878)													
Imposto de renda e contribuição social diferidos	217	(48.338)	2.340	(41.217)													
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(134.436)</b>	<b>(195.398)</b>	<b>(165.563)</b>	<b>(200.095)</b>													
Atribuível aos acionistas controladores	310.826	377.077	340.622	384.522													
Atribuível aos acionistas não controladores	310.993	377.276	310.993	377.276													
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	<b>28</b>																
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)	1.282.64	1.55602	1.282.64	1.55602													
ON	1.89315	2.29666	1.89315	2.29666													
PNA	1.28264	1.55604	1.28264	1.55604													
PNB																	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora				Consolidado					Controladora				Consolidado			
	Nota																

...continuação

## Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

## 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

## 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 29.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido à imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Determinação da receita com arrendamento (Notas 7 e 24); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Arrendamentos e Alugueis; Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 15 e 16); Provisões fiscais, civis e trabalhistas (Nota 22.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 22.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29.1.2).

## 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 14).

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

## 2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Tal segmento concentrou em 2022 89% (92% em 2021) da receita operacional bruta consolidada.

## 2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se houverá indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

## Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis exceto para Concessões (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

## Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxo de caixa descontadas, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

## 2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emanaram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

## 2.9.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Revisão Contratos Onerosos	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
2.9.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC				
Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Reificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avalarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4 / IAS 28 / IAS 34 / IAS 8 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 32 / IFRS 1 / IFRS 7 e IAS 36 / IAS 7 / IAS 28 / IFRS 3 / IAS 28 / IAS 15 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 40 / IFRS 5 / IAS 32 / IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021). IAS 32 / IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	IAS 1 / IAS 2 / IAS 16 / IAS 40 / IFRS 5 / IAS 19 / IFRS 1 / IAS 32 / IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26 / IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	informado no momento	

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 3 Eventos significativos no exercício

## 3.1 Captação de recursos

Durante o exercício de 2022 a Companhia obteve a seguinte captação de recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 6ª Emissão	mai/22	mai/25	200.000	CDI + 1,45% a.a.	Capital de Giro

Para mais informações sobre a captação, vide nota 18.

## 3.2 Resoluções Autorizadoras - extensão do prazo de outorga

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizadora nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães de 15 de janeiro de 2033 para 22 de setembro de 2035 que representa um acréscimo de extensão de 980 dias.

## 3.3 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação

Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizada no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

Bancos conta movimento

Aplicações financeiras

Certificados de Depósitos Bancários - CDB

Total

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Companhia e de sua controlada estão remunerados as taxas que variam entre 102,50% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito.

Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 29.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

## 5 Concessionárias

Concessionárias

Suprimento de energia elétrica

Energia de curto prazo

Encargos de uso da rede elétrica

Outros créditos

Total

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e da controlada.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuado uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Dúvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia e sua controlada avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vendidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização

de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de não

...continuação

## Lajeado Energia S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo				Controladora				Receitas (Despesas) Operacionais	
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		2022	2021
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	(***) Reapresentado	(***) Reapresentado
<b>Concessionárias (Nota 5)</b>												
<b>Suprimento de energia elétrica</b>												
EDP São Paulo	Controle comum	289,25	01/01/2008 a 31/12/2037	3	2						29	27
EDP São Paulo	Controle comum	291,76	01/01/2009 a 31/12/2038	16	15						134	123
EDP São Paulo	Controle comum	271,71	01/01/2009 a 31/12/2038	51	50						439	400
EDP Trading	Controle comum		12/12/2001 a 28/02/2021									40.376
EDP Trading	Controle comum		01/03/2021 a 31/12/2024	9.513	9.719						119.908	99.177
EDP Trading	Controle comum		01/03/2021 a 31/09/2021									5.087
EDP Trading	Controle comum		01/04/2021 a 30/04/2021									3.556
EDP Trading	Controle comum		01/12/2020 a 31/12/2020									22.095
EDP Trading	Controle comum		01/06/2021 a 30/06/2021									12.500
EDP Trading	Controle comum		01/07/2021 a 31/07/2021									4.082
EDP Trading	Controle comum		01/08/2021 a 31/08/2021									5.561
EDP Trading	Controle comum		01/09/2021 a 30/09/2021									6.813
EDP Trading	Controle comum		01/12/2021 a 31/12/2021		5.208							5.208
EDP Trading	Controle comum		01/04/2021 a 30/06/2021		2.399							6.852
EDP Trading	Controle comum		01/10/2021 a 31/12/2021									7.121
EDP Trading	Controle comum		01/01/2022 a 31/01/2022									6.917
EDP Trading	Controle comum		01/02/2022 a 28/02/2022									1.781
EDP Trading	Controle comum		01/03/2022 a 31/03/2022									2.430
EDP Trading	Controle comum		01/04/2022 a 30/04/2022									2.441
EDP Trading	Controle comum		01/05/2022 a 31/05/2022									9.660
EDP Trading	Controle comum		01/01/2022 a 31/12/2022	2.502								2.502
EDP Espírito Santo	Controle comum	291,13	01/01/2008 a 31/12/2037	5	7						29	57
EDP Espírito Santo	Controle comum	293,66	01/01/2009 a 31/12/2038	9	13						134	103
EDP Espírito Santo	Controle comum	273,48	01/01/2009 a 31/12/2038	42	41						378	336
<b>Uso do sistema de transmissão</b>												
EDP Trading	Controle comum		01/01/2003 a 16/12/2032	12.141	17.454							3.007
<b>Fornecedores (Nota 17)</b>												
<b>Arendamento UHE Investco</b>												
Investco	Controlada direta		15/01/1998 a 15/01/2033	14.106	7.912							
EDP Trading	Controle comum		01/01/2022 a 31/12/2022									(169.273)
EDP Trading	Controle comum		01/01/2021 a 31/12/2021									(169.273)
EDP Trading	Controle comum		01/07/2021 a 31/12/2021									(72.592)
EDP Trading	Controle comum		01/06/2021 a 30/06/2021									
EDP Trading	Controle comum		01/07/2021 a 31/07/2021									
EDP Trading	Controle comum		01/08/2021 a 31/08/2021									
EDP Trading	Controle comum		01/09/2021 a 30/09/2021									
EDP Trading	Controle comum		01/12/2020 a 31/12/2020									
<b>Uso do sistema de transmissão</b>												
Horizon Transmissão ES	Controle comum (*)		09/02/2019 a 31/01/2033									(34)
Horizon Transmissão MA II	Controle comum (*)		04/01/2020 a 31/01/2033									(56)
Horizon Transmissão MA I	Controle comum (*)		01/11/2001 a 31/01/2033									(89)
Mata Grande Transmissora	Controle comum		01/11/2001 a 31/01/2033									
EDP Transmissão Aliança	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033									
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033									
EDP Transmissão SP-MG	Controle comum		01/01/2021 a 31/01/2033									
EDP Goiás	Controle comum (*)		01/11/2001 a 01/01/2033									
<b>Outras contas a pagar (Nota 13)</b>												
<b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)</b>												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2022								276	765
<b>Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)</b>												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2022								12	(225)
EDP São Paulo	Controle comum		01/01/2021 a 31/12/2022								3	(68)
<b>Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice (c)</b>												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2022								141	(771)
<b>Rendas a Receber</b>												
<b>Arendamento UHE Lajeado</b>												
C.E.L. Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	3.865	2.168						46.376	26.014
Paulista Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	1.352	759						16.232	9.105
				5.217	2.927						62.608	35.119
<b>Fornecedores (Nota 17)</b>												
<b>Suprimento de energia elétrica</b>												
EDP São Paulo	Controle comum		289,25	01/01/2008 a 31/12/2037	3	2					29	27
EDP São Paulo	Controle comum	232,42	01/01/2009 a 31/12/2038	16	15						134	123
EDP São Paulo	Controle comum	216,43	01/01/2009 a 31/12/2038	51	50						439	400
EDP Trading	Controle comum		12/12/2001 a 28/02/2021									40.376
EDP Trading	Controle comum		01/03/2021 a 31/12/2024	9.513	9.719							119.908
EDP Trading	Controle comum		01/03/2021 a 31/03/2021									99.177
EDP Trading	Controle comum		01/04/2021 a 30/04/2021									

...continuação

## Lajeado Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

## 12 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao Generation Scaling Factor - GSF é protegida, o saldo do Ativo circulante e Não circulante na Companhia de R\$16.885 (R\$19.585 em 31 de dezembro de 2021) e no Consolidado de R\$17.185 (R\$19.933 em 31 de dezembro de 2021), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com os Despachos nºs 4.130 e 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados os montantes na Companhia de R\$2.701 (R\$1.351 em 2021) e no Consolidado de R\$2.749 (R\$1.375 em 2021).

## 13 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Outros créditos - Ativo</b>						
Serviços em curso			64	62	528	501
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10				25	
Estoques	13.1		257	257	7.782	7.546
Depósitos judiciais					1.807	1.235
Outros	48	8	3	8	919	438
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>8</b>	<b>260</b>	<b>265</b>	<b>8.765</b>	<b>8.046</b>
<b>Outras contas a pagar - Passivo</b>					<b>2.338</b>	<b>1.769</b>
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10		432	785		921
Arrendamentos e aluguéis	143	124	793	802	341	367
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.2	166	159		2.759	2.780
Encargos Setoriais	13.3	4.542	9.837		4.605	9.903
Outros	15	14	1		498	394
<b>Total</b>	<b>4.866</b>	<b>10.134</b>	<b>1.226</b>	<b>1.587</b>	<b>8.203</b>	<b>13.444</b>
<b>13.1 Estoques</b>					<b>2.468</b>	<b>3.808</b>
A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2022 de R\$7.782 (R\$7.546 em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da UHE Lajeado. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 15) pelo montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$922 (R\$825 em 31 de dezembro de 2021). Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.						
<b>13.2 Obrigações sociais e trabalhistas</b>						
Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.						
<b>13.3 Encargos setoriais</b>						
Do saldo total consolidado em 31 de dezembro de 2022 de R\$4.605 (R\$9.903 em 31 de dezembro de 2021), R\$895 (R\$5.893 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrados pela Companhia e sua controlada e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:						
<b>13.4 Pesquisa e desenvolvimento - P&amp;D</b>						
Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.						
A ANEEL aprovou o Despacho nº 904/2021 que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE, geridos pela Controlada, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente) sob as obrigações devidas aos programas. O percentual de repasse da Controlada destinado à CDE é de 30%.						

## 14 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na Investco, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia não mais obter o controle da investida.

## 14.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora			% Participação direta		
	Saldo em 31/12/2021	Amort- izações	Equivalência patrimonial	Dividendos / Outros resultados	Saldo em 31/12/2022	31/12/2021
Nota	31/12/2021	zações	JSCP		31/12/2021	31/12/2021
<b>Investimentos</b>						
Investco	666.253	80.560	(40.083)	167	706.897	73
Direito de Concessão	14.1.1	315.958	(28.723)		287.235	
<b>Total</b>	<b>982.211</b>	<b>(28.723)</b>	<b>80.560</b>	<b>(40.083)</b>	<b>167</b>	<b>994.132</b>
<b>14.1.1 Direito de Concessão</b>						
Refer-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Investco.						
O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente pelo prazo restante da concessão, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.						
Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 16).						
<b>14.2 Participação direta do investimento</b>						
<b>Investco</b>						
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)						
Ordinárias				293.608	293.608	
Preferenciais				197.007	197.007	
% de participação da Companhia						
Capital social integralizado				62.39	62.39	
Capital voluntário				73.00	73.00	
Ativos totais				1.269.669	1.158.301	
Passivos (Circulantes e Não circulantes)				301.314	245.624	
Patrimônio líquido				968.355	912.677	
Receitas				220.982	126.818	
Resultado líquido do exercício				110.356	27.576	
<b>14.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do investimento</b>						
<b>Patrimônio líquido - Saldo inicial</b>						
Distribuição de dividendos aos acionistas				912.677	909.301	
Lucro líquido do período				(54.907)	(24.472)	
Outros resultados abrangentes				110.356	27.576	
<b>Patrimônio líquido - Saldo final</b>				229	272	
Percentual de participação societária - %					73%	73%
Participação nos investimentos					706.898	666.252
Direito de concessão					287.235	315.958
<b>Saldo contábil do investimento na Controladora</b>					994.133	982.210

## 15 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atributáveis para colocar o ativo no local e em condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor deprecável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

## 15.1 Composição do Imobilizado

	Controladora			Consolidado				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Nota	31/12/2022	3						

...continuação

Lajeado Energia S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 18 Debêntures

## 18.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário Moeda Nacional	Tipo de emissão CVM nº	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado				
										31/12/2022	31/12/2021	Encargos	Principal	
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1.200,00	240.000	2ª série da 2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2022	Redevisão da estrutura de capital com redução do capital social.	113,70% do CDI a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2021 e juros semestral	-	667	100.000	100.667	
(-) Custos de emissão				(1.635)		08/12/2017 a 08/12/2022			Amortização mensal	-	(78)	(78)		
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1.100,00	110.000	3ª emissão em 14/11/2018	14/11/2018 a 20/10/2022	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	109,25% do CDI a.a.	Principal anual a partir de outubro/2021 e juros semestral	-	836	50.000	50.836	
(-) Custos de emissão				(351)		14/11/2018 a 20/10/2022			Amortização mensal	-	(41)	(41)		
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	150.000	1.150,00	172.500	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	901	150.000	150.901	150.000	
(-) Custos de emissão				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal	(296)	(296)	(493)	(493)	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1.200,00	240.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral	4.327	200.000	204.327	-	
(-) Custos de emissão				(631)		05/05/2022 a 05/05/2025			Amortização mensal	(494)	(494)	-		
<b>Total geral</b>										<b>5.228</b>	<b>349.210</b>	<b>354.438</b>	<b>2.205</b>	
											<b>149.881</b>	<b>149.507</b>	<b>301.593</b>	

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa.

## 18.2 Movimentação das debêntures no exercício

Circulante	Controladora e Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos provisionados	Juros Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2022
Debêntures						
Principal	150.000		(150.000)			-
Juros	2.205		(53.453)		56.476	5.228
Custo de transação	(119)					
	<b>152.086</b>	-	<b>(203.453)</b>		<b>56.476</b>	<b>(333)</b>
					<b>452</b>	<b>5.228</b>
Não circulante						
Debêntures	150.000	200.000				350.000
Principal	(493)	(630)				(790)
Custo de transação	149.507	199.370	-		333	-
	<b>149.507</b>	<b>199.370</b>	-		<b>333</b>	<b>-</b>
					<b>349.210</b>	
<b>18.3 Vencimento das parcelas</b>						

## Controladora e Consolidado

## Vencimento

Circulante	2023	5.228
Não circulante	2024	149.704
	2025	199.506
		<b>349.210</b>
<b>Total</b>		<b>354.438</b>

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- Para todas as emissões:
  - (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
  - (ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou remuneração, não sanadas no período estipulado;
  - (iii) pedido de autofalência, liquidação, dissolução ou decretação de falência;
  - (iv) se a Emissora proponer plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
  - (v) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
  - (vi) não destinação, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 5 das escrituras e/ou utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão em atividades ilícitas e em desconformidade com as leis, regulamentos e normas relativas à proteção ao meio ambiente, ao direito do trabalho, segurança e saúde ocupacional, além de outras normas que lhe sejam aplicáveis em função de suas atividades;
  - (vii) rescisão, caducidade, encapaciação, intervenção, anulação, advento do termo final sem a devida prorrogação, ou qualquer outra forma de perda definitiva da Concessão; e
  - (viii) não observância, pela Companhia, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos).
- Específicas para a 2ª e 3ª emissões:
  - (i) realização, pela Emissora, de cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária, exceto se referida alienação: (a) não resultar em alteração de controle; (b) por prévia autorização por debenturistas representando pelo menos 2/3 das debêntures em circulação; ou (c) tiver sido asssegurado aos debenturistas, durante o prazo mínimo de 6 meses após a publicação dos atos, o direito de resgatar as debêntures de sua titularidade;
  - (ii) descumprimento da sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000,00, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, de boa-fé, pela Companhia de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos; e
  - (iii) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano.
- Específicas para a 4ª emissão:
  - (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia no mercado de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado;
  - (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$75.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado pelo Agente Fiduciário que o protesto (a) foi feito por erro ou má-fé de terceiro ou era legítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
  - (iii) intervenção ou interrupção das atividades da Companhia, por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, (a) por revogação, suspensão ou extinção ou não renovação das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças (excluindo as ambientais necessárias para o período de suas atividades); ou (b) em decorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra medida judicial que implique perda da propriedade ou posse direta da totalidade ou parte substancial dos ativos da Companhia;
  - (iv) revelarem-se falsas, incorretas ou incompletas (nestes dois últimos casos, em seus aspectos relevantes), quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia nessa Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação áquelas relacionadas à Legislação Socioambiental e à Lei Anticorrupção, no momento em que foram prestadas;
  - (v) venda, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$75.000,00, de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado;
  - (vi) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao total de R\$75.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento; e
  - (vii) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao total de R\$100.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.
- Específicas para a 6ª emissão:
  - (i) de capitais, local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo vencimento antecipado; ou
  - (ii) protesto de títulos contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$100.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo protesto, exceto se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de conhecimento de tal protesto pela Companhia, tiver sido comprovado pelo Agente Fiduciário que o protesto (a) foi feito por erro ou má-fé de terceiro ou era legítimo; (b) sustado e/ou cancelado; ou (c) tenha sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível;
  - (iii) rescisão, cessão, locação ou alienação, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte relevante de seus ativos, exceto se cumulativamente, (a) no curso normal de seus negócios; e (b) o montante envolvido não for superior a R\$100.000,00, de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a R\$100.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo rescisão, cessão, locação ou alienação; e (c) de forma que não afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Companhia;
  - (iv) inadimplemento, pela Companhia, de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000,00, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuizamento, pela Companhia, de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral; e
  - (v) inadimplemento, pela Companhia, de quaisquer obrigações pecuniárias, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior ao total de R\$100.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, considerando o período de 12 (doze) meses anteriores ao respectivo inadimplemento. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício fino em 31 de dezembro de 2022 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

## 19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

## 19.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas


...continuação

Lajeado Energia S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Investco investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Investco.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$5.592 (R\$1.675 em 2021). A totalidade destes montantes nos exercícios referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP Saldo em 31/12/2022
Circulante	6.424	(5.592)	424	5.154	24 6.434
Não circulante	6.247		290	(5.154)	608 1.991
Total	12.671	(5.592)	714	-	632 8.425

## 23 Patrimônio líquido

## 23.1 Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$6.868.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações "ON"	% Participação de ações "ON"	Quantidade de ações "PNA"	% Participação de ações "PNA"	Quantidade de ações "PNB"	% Participação de ações "PNB"	Total de ações	% Participação total
EDP - Energias do Brasil	113.690.037	100,00%					113.690.037	55,86%
Governo do Estado de Tocantins			8.278.231	100,00%	8.278.231	4,07%		
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	81.549.616	100,00%			81.549.616	40,97%		
Outros	4	0,00%	4	0,00%	8	0,00%		
<b>Total</b>	<b>113.690.041</b>	<b>100,00%</b>	<b>81.549.620</b>	<b>100,00%</b>	<b>8.278.231</b>	<b>100,00%</b>	<b>203.517.892</b>	<b>100,00%</b>

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

## 23.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada período será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

## Lucro a ser destinado

Lucro líquido apurado no exercício

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
		310.826	377.077
		<b>310.826</b>	<b>377.077</b>

## Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP

Dividendos intermediários

Dividendos complementares

Partes beneficiárias

Lucro do exercício a deliberar

Dividendos por ação PNA - JSCP

Dividendos por ação PNB - JSCP

Dividendos por ação ON - JSCP

Dividendos intermediários PNA

Dividendos intermediários PNB

Dividendos intermediários ON

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:

(i) As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e

(ii) As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:

\* prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e

\* recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias excede o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobras prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; e (ii) garantia de rendimento à Eletrobras equivalente a 49,67% do lucro de cada período, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituidas, exceto a de investimentos.

## 23.3 Reservas

Reservas de capital

Partes beneficiárias

Ágio na incorporação de sociedade controladora

Reservas de lucros

Legal

Lucro do exercício a deliberar

Total

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
23.3.1		451.376	451.376
23.3.2		127.827	127.827
		<b>579.203</b>	<b>579.203</b>
23.3.3		1.372	1.372
		<b>103.136</b>	<b>111.986</b>
		<b>104.508</b>	<b>113.358</b>
		<b>683.711</b>	<b>692.561</b>

## 23.3.1 Partes beneficiárias

A Companhia, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial.

Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Companhia entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido, procedendo desta forma desde o exercício de 2019.

## 23.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio Líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 16.1.3.1).

## 23.3.3 Dividendo adicional proposto e Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberado em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituida conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$111.986 foi distribuído como dividendos (Nota 11) conforme deliberação da AGO realizada em 29 de abril de 2022.

## 23.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022	
Ganhos e (Perdas) atuariais: Benefícios pós-emprego da controlada	303	167	470	
	<b>303</b>	<b>167</b>	<b>470</b>	

24 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes;

(ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada é atendida, substancialmente, ao longo do tempo.

...continuação

Lajeado Energia S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes	Resultado por classe de ações
<b>2021</b>			
Ordinárias (ON)	210.644	(33.740)	176.904
Prefeferenciais Classe "A" (PNA)	151.095	36.198	187.293
Prefeferenciais Classe "B" (PNB)	15.338	(2.458)	12.880
	<b>377.077</b>	-	<b>377.077</b>
<b>2022</b>			
Ordinárias (ON)	173.635	(27.813)	145.822
Prefeferenciais Classe "A" (PNA)	124.549	29.838	154.386
Prefeferenciais Classe "B" (PNB)	12.643	(2.025)	10.618
	<b>310.826</b>	-	<b>310.826</b>

## 29 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

## 29.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atributíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, 25% de recebimento, transferência ou quando os títulos expiram.

## 29.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de sua controlada:

	Controladora			
	Nota	Níveis	Valor justo	Valor contábil
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo por meio do resultado				
No reconhecimento inicial ou subsequentemente				
Caixa e equivalentes de caixa	4	Nível 2	92.297	34.833
Aplicações financeiras			<b>92.297</b>	<b>34.833</b>
<b>Custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	Nível 2	1.613	2.626
Bancos conta movimento			<b>1.613</b>	<b>2.626</b>
Titulos a receber	6	Nível 2	8.876	8.181
Concessionárias	5	Nível 2	74.115	76.898
			<b>84.604</b>	<b>87.705</b>
			<b>176.901</b>	<b>122.538</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Custo amortizado				
Fornecedores	17	Nível 2	28.166	21.067
Debêntures	18	Nível 2	355.495	300.843
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13	Nível 2	432	785
Arrendamentos e aluguel		Nível 2	958	925
			<b>385.051</b>	<b>323.620</b>
			<b>383.972</b>	<b>324.371</b>
<b>Consolidado</b>				
Valor justo			Valor contábil	
Nota	Níveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022

	Controladora			
	31/12/2022	31/12/2021	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	28.166			28.166
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			432	432
Debêntures		5.228	349.210	354.438
Arrendamentos e aluguel	13	38	92	936
	<b>28.179</b>	<b>38</b>	<b>5.320</b>	<b>350.097</b>
			<b>338</b>	<b>383.972</b>
<b>Consolidado</b>				
De 1 a 3 meses	18.824	1.238	84	20.146
De 3 meses a 1 ano			921	921
De 1 a 5 anos		5.228	349.210	354.438
Mais de 5 anos			338	338
Total	<b>18.824</b>	<b>1.238</b>	<b>5.320</b>	<b>350.097</b>

	Controladora			
	31/12/2022	31/12/2021	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	28.166			28.166
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			432	432
Debêntures		5.228	349.210	354.438
Arrendamentos e aluguel	13	38	92	936
	<b>28.179</b>	<b>38</b>	<b>5.320</b>	<b>350.097</b>
			<b>338</b>	<b>383.972</b>
<b>Consolidado</b>				
De 1 a 3 meses	18.824	1.238	84	20.146
De 3 meses a 1 ano			921	921
De 1 a 5 anos		5.228	349.210	354.438
Mais de 5 anos			338	338
Total	<b>18.824</b>	<b>1.238</b>	<b>5.320</b>	<b>350.097</b>

	Controladora			
	31/12/2022	31/12/2021	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	18.824	1.238	84	20.146
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			921	921
Debêntures		5.228	349.210	354.438
Arrendamentos e aluguel	13	38	92	936
	<b>18.824</b>	<b>1.238</b>	<b>5.320</b>	<b>350.097</b>
			<b>338</b>	<b>383.972</b>
<b>Consolidado</b>				
De 1 a 3 meses	18.824	1.238	84	20.146
De 3 meses a 1 ano			921	921
De 1 a 5 anos		5.228	349.210	354.438
Mais de 5 anos			338	338
Total	<b>18.824</b>	<b>1.238</b>	<b>5.320</b>	<b>350.097</b>

	Controladora			
	31/12/2022	31/12/2021	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	18.824	1.238	84	20.146
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			921	921
Debêntures		5.228	349.210	354.438
Arrendamentos e aluguel	13	38	92	936
	<b>18.824</b>	<b>1.238</b>	<b>5.320</b>	<b>350.097</b>
			<b>338</b>	<b>383.972</b>
<b>Consolidado</b>				
De 1 a 3 meses	18.824	1.238	84	20.146
De 3 meses a 1 ano			921	921
De 1 a 5 anos		5.228	349.210	354.438
Mais de 5 anos			338	338
Total	<b>18.824&lt;/b</b>			

